

**DECRETO N.º 257, DE 29 DE OUTUBRO DE 1973.**

**Introduz alterações no Decreto n.º 145, de 11 de junho de 1971.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo n.º 2.05—06602/73 e nos termos do § 2.º do art. 1.º da Lei n.º 6.814, de 14 de novembro de 1967, com a redação que lhe deu o art. 1.º da Lei n.º 7.315, de 12 de maio de 1971,

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do art. 41 e o art. 56 do Decreto n.º 145, de 11 de junho de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41 — .....

§ 1.º — O número máximo de pontos que o aluno poderá perder durante o ano letivo, ainda que suas faltas, no todo ou em parte, decorram de força maior, será de 25% (vinte e cinco por cento) do total de aulas, por matéria.

§ 2.º — Nas matérias de Educação Física e de Defesa Pessoal, o limite máximo referido no parágrafo anterior será de 50% (cinquenta por cento), se o aluno for acidentado durante a instrução, em sala ou no terreno.

§ 3.º — São considerados motivos de força maior, para os efeitos deste Regulamento, os seguintes:

- a) acidente em serviço ou em instrução, devidamente comprovado em inquérito (ISO) ou sindicância;
- b) moléstia grave;
- c) ordem do Comando-Geral, e
- d) motivos decorrentes de outros casos, a juízo do Comando do CFA.

.....  
Art. 56 — O Comando-Geral, ouvindo o Comando do CFA, baixará normas para avaliação do aproveitamento do aluno e do rendimento escolar sempre que se fizerem necessárias, de acordo com a evolução do ensino e com padrões adotados pelas escolas mi-

litares congêneres e pelo Ministério da Educação e Cultura”.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os arts. 57, 58, 59, 60 e 61 do Decreto n.º 145, de 11 de junho de 1971, e demais as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 29 de outubro de 1973, 85.º da República.

**LEONINO DI RAMOS CAIADO**

Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo